



PARECER PRÉVIO Nº 35/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11275/2014

Apensos: Processos nºs 10.331/2013, 12.490/2014, 11790/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Cícero Lopes da Silva, Prefeito à época

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2871/2018-DIMP-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das Contas Gerais** da Prefeitura do Município de Marãã, referente ao exercício de 2013, Gestão do Sr. Cícero Lopes da Silva, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, e do art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2423/96, c/c o art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 07 de Agosto de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva,



PARECER PRÉVIO Nº 35/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 35/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11275/2014

Aposos: Processos nºs 10.331/2013, 12.490/2014, 11790/2014

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marã.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Cícero Lopes da Silva, Prefeito à época

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2871/2018-DIMP-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marã. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Prazo.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Irregular as Contas da Prefeitura Municipal de Marã, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável o **Sr.Cícero Lopes da Silva**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, c/c o art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, em razão das falhas expostas na fundamentação do Voto;

10.2- Extinguir a punibilidade quanto às multas propostas pelos órgãos técnico (DICREA, DICAMI e DICOP) e ministerial ao Sr. Cícero Lopes da Silva, em razão de sua morte no dia 28/2/2016, conforme Registro de Óbito em fls. 1377, nos termos do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal de 1988;

10.3 - Considerar em Alcance o Sr. Cícero Lopes da Silva (falecido), Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$3.614.983,45** (três milhões, seiscentos e quatorze mil, novecentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), nos termos do art. 304, incisos III e VI da Resolução nº 04/2002- TCE/AM (item 1 da fundamentação do Voto), cuja jurisdição alcança os sucessores, nos termos do art. 5º, VI, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 2º, §2º, VI, da



ACÓRDÃO Nº 35/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 35/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O valor deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Marãã, no **prazo de 30 dias** ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.4 - Considerar em Alcance o Sr. Cícero Lopes da Silva**, (falecido), Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, do Município de Marãã, exercício de 2013, no valor de **R\$771.378,29** (setecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos), nos termos do art. 304, inciso IV da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da fundamentação do Voto), cuja jurisdição alcança os sucessores, nos termos do art. 5º, VI, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 2º, §2º, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O valor deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Marãã, no **prazo de 30 dias**, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 07 de Agosto de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral